

Relatório de pesquisa

Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação

# JOVENS EM AÇÃO NA CRIAÇÃO DE CIDADES INCLUSIVAS: TRABALHO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



## **Projeto Jovens em Ação na Criação de Cidades Inclusivas**

Relatório final da pesquisa Trabalho e Participação Social

### **Realização**

#### **Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC–Rio**

Coordenação: Irene Rizzini

Equipe: Renata Mena Brasil do Couto, Carolina Terra e Adriane Medina Celli

#### **Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação – FJSFA**

Equipe: Ariane Oliveira, Breno Santos, Gabriel Corrêa, Gustavo Ferreira, Helton Nunes, Jéssica Ramos, Lucas Santos, Marcela Silva e Sam Silva.

Facilitadoras da Casa da Criança e do Adolescente: Paloma Lopes e Guaraciara Lopes.

Outubro de 2021

# Jovens em ação na criação de cidades inclusivas: trabalho e participação social

Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)  
Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação (FJSFA)



# SUMÁRIO

Sumário Executivo.....	5
Introdução.....	8
Metodologia.....	10
Apresentação de resultados.....	12
Bloco 1 – Inserção produtiva.....	12
Bloco 2 – Participação social.....	23
Considerações finais.....	27
Referências bibliográficas.....	30
Anexo: Manifesto do Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação - Volta Redonda.....	32

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório é um dos resultados do projeto Jovens em ação na criação de cidades inclusivas (Shaping Futures: youth livelihood options in creating inclusive cities), coordenado pela Universidade de Edimburgo (Escócia), com parceiros no Brasil (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio) e na Índia (Youth for Unity and Voluntary Action – YUVA, Fields of View - FoV e National Institute of Urban Affairs - NIUA). O projeto visa estimular a participação e o protagonismo juvenil nos processos de construção, implementação e monitoramento de políticas públicas, especialmente no que tange a sua inserção produtiva.

No Brasil, a equipe do CIESPI/PUC-Rio vem trabalhando em parceria com o Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação - FJSFA, que atua na cidade de Volta Redonda. A pesquisa, que ora apresentamos, realizada no ano de 2021, buscou identificar os desafios e as oportunidades para a inserção produtiva e para a participação social da juventude, a partir da realização de entrevistas e grupos focais com atores-chave e jovens moradores do município. A coleta de dados foi realizada por um grupo de nove membros do FJSFA envolvidos no projeto, a partir do treinamento e com o acompanhamento da equipe do CIESPI/PUC-Rio. Os jovens participaram ativamente em todas as etapas de execução da pesquisa, desde a formulação dos roteiros de entrevistas, passando pelo mapeamento de atores-chave, até a construção das análises e recomendações apresentadas.

A pesquisa apontou que os principais desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho identificados nas respostas dos entrevistados são: a exigência de experiência e de elevados níveis de escolaridade, a falta de qualificação e a escassez de oportunidades compatíveis com o perfil daqueles que buscam o primeiro emprego.

Nesse sentido, é necessário que o poder público cumpra seu papel de coordenar e fiscalizar a implementação da política de primeiro emprego, garantindo o cumprimento das regras e capacitan-

do as empresas para receber esses jovens. É preciso ainda que seja ofertada formação profissional e técnica compatível com as demandas atuais do mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a inclusão digital, especialmente nas periferias, é fundamental para a formação pessoal, escolar e profissional dos jovens. O acesso gratuito à internet limitado aos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS é insuficiente e, por isso, disponibilizar equipamentos e ampliar os programas de informática nas escolas, especialmente em tempos de pandemia, é fundamental.

Considerando as possibilidades que viabilizariam a inserção da juventude no mercado de trabalho, os atores-chave destacam a necessidade de ampliar sua formação técnica e profissional, com foco nas áreas de tecnologia e informática, cujas habilidades são amplamente exigidas no mercado de trabalho atual. Mencionam ainda a necessidade de oferecer assistência estudantil (passagem + alimentação + bolsa) aqueles que precisam, visando mitigar as desigualdades de oportunidades existentes entre diferentes classes sociais.

A partir do olhar dos atores-chave em relação às desvantagens do Programa Jovem Aprendiz, destacam-se a falta de informação e divulgação do Programa e o fato de que os elevados níveis de exigência dificultam a oferta de vagas pelas pequenas empresas. Ressalta-se também que a formação oferecida é insuficiente para atender às demandas do mercado de trabalho.

As empresas devem atuar respeitando a importância do Jovem Aprendiz e devem ocorrer fiscalizações pelos órgãos competentes para que se cumpram as regras determinadas em lei, dado que o Programa visa a formação do jovem e é fundamental para oportunizar seu acesso ao primeiro emprego.

Considerando os projetos e programas já existentes para a inserção produtiva dos jovens, foram mencionados o importante papel que a Coordenadoria da Juventude deve desempenhar no incentivo ao debate sobre o tema e a insuficiência dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Acreditamos que, além de criar programas de inclusão de jovens no mercado de trabalho, também é fundamental ampliar a divulgação das iniciativas existentes e criar mecanismos para que

os jovens sejam ouvidos e estejam presentes em todas as suas etapas de discussão, formulação e deliberação.

Uma vez que os jovens relataram episódios de discriminação em virtude de sua identidade de gênero/sexualidade/religiosidade/raça ou etnia, é necessário fortalecer o diálogo e as redes de apoio psicossocial nas empresas e na sociedade de modo geral, contribuindo também para a conscientização acerca dos impactos negativos do preconceito na vida dos jovens. Nesse sentido, destacamos a importância da atuação da rede pública de proteção e assistência social.

Considerando as respostas dos atores-chave sobre as estratégias possíveis para diminuir os índices de desemprego da juventude, entre outros pontos, novamente foi mencionada a necessidade de ampliar a divulgação do Programa Jovem Aprendiz, informando seus benefícios para as empresas e para os jovens. Ressalta-se ainda a importância de se ampliar o combate ao trabalho infantil, inclusive através do aumento do número de vagas de trabalho formal para adolescentes e jovens.

Destaca-se ainda a necessidade do acolhimento da juventude de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade, que carece de recursos que lhe assegure dignidade humana e acesso igualitário às oportunidades. Sugere-se que sejam realizadas conferências e que seja elaborado um Plano Municipal da Juventude, que priorizem a pauta da geração de trabalho e renda dignos para a população jovem.

No que diz respeito à participação da juventude na vida da sua comunidade ou de espaços de debates sobre direitos ficou evidente que os jovens têm pouco ou quase nenhum acesso às discussões e à formulação de políticas e ações que afetam diretamente as suas vidas. Todavia, eles mencionaram que gostariam de participar de debates sobre temas, como: a questão racial; os direitos da população LGBTQIA+, das mulheres, das crianças, dos adolescentes e de jovens; feminismo; meio ambiente; movimentos pelo primeiro emprego para os jovens, contra o preconceito e o assédio; preparação para o mercado financeiro; educação sexual; gênero; sexualidade; direitos do trabalho relacionado à juventude; políticas de segurança; gestão democrática; educação cidadã e movimentos relacionados aos acontecimentos atuais.

Identificamos, na multiplicidade de elementos que mobilizam os interesses da juventude,

uma janela de oportunidades para a oferta de diferentes alternativas para o engajamento desse grupo nas suas comunidades. Todavia, para isso, é preciso que os jovens sejam informados e formados sobre diferentes temas; que os espaços públicos de debate sejam acessíveis, garantindo a eles voz e voto; e que as cidades se tornem espaços mais inclusivos e permeáveis a sua participação.

# INTRODUÇÃO

Este relatório é um dos resultados do projeto Jovens em ação na criação de cidades inclusivas (Shaping Futures: youth livelihood options in creating inclusive cities)<sup>1</sup>, coordenado por Sukanya Krishnamurthi, da Universidade de Edimburgo (Escócia), com parceiros no Brasil (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio) e na Índia (Youth for Unity and Voluntary Action – YUVA, Fields of View - FoV e National Institute of Urban Affairs - NIUA). O projeto visa estimular a participação e o protagonismo juvenil nos processos de construção, implementação e monitoramento de políticas públicas, especialmente no que tange a sua inserção produtiva.

No Brasil, a equipe do CIESPI/PUC-Rio, composta por Renata Mena Brasil do Couto, Carolina Terra e Adriane Medina Celli, sob a coordenação da professora Irene Rizzini, vem trabalhando em parceria com o Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação - FJSFA, que atua na cidade de Volta Redonda. Fazem parte do projeto os jovens: Ariane Oliveira, Breno Santos, Gabriel Corrêa, Gustavo Ferreira, Helton Nunes, Jéssica Ramos, Lucas Santos, Marcela Silva e Sam Silva. Contamos ainda com as facilitadoras da Casa da Criança e do Adolescente: Paloma Lopes e Guaraciara Lopes.

O CIESPI/PUC-Rio é um centro de pesquisa e ação, vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e voltado a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Um de seus objetivos é subsidiar políticas e práticas para essa população, contribuindo para o seu

---

1 Financiado pela British Academy's Youth Futures Programme (Reino Unido) e apoiado pelo Global Challenges Research Fund (Reino Unido). Referência: YF\19004.

desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos. Ao longo dos seus trinta e cinco anos de atuação, vem sistematicamente influenciando políticas, leis e ações destinadas a população infantil e juvenil do país. O FJSFA atua na cidade de Volta Redonda, município do sul do estado do Rio de Janeiro. Ele é um espaço criado para que crianças e adolescentes se reúnam e discutam juntos políticas públicas. O grupo, que estimula o protagonismo infantojuvenil, vem participando ativamente das conferências de direitos de crianças e adolescentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda (CMDCA – VR) e das discussões acerca da criação e implementação do Plano Municipal para Infância e Adolescência. Além disso, o Fórum tem introduzido o debate sobre políticas públicas para a juventude e tem avançado na mobilização para a construção de um novo Conselho Municipal da Juventude.

A pesquisa que ora apresentamos, realizada no ano de 2021, buscou identificar os desafios e as oportunidades para a inserção produtiva e para a participação social da juventude a partir da realização de entrevistas e grupos focais com atores-chave e jovens moradores da cidade de Volta Redonda. A investigação foi precedida por encontros de treinamento para os participantes do projeto, nos quais foram discutidos os temas que seriam abordados e as metodologias de pesquisa. Os jovens do FJSFA, com o acompanhamento da equipe do CIESPI/PUC-Rio, participaram ativamente em todas as etapas de execução da pesquisa, desde a formulação dos roteiros de entrevistas, passando pelo mapeamento de atores-chave, até a construção das análises e recomendações apresentadas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de desemprego no Brasil foi de 14,1 no segundo trimestre de 2021. Essa taxa corresponde a 14,4 milhões de brasileiros desempregados. Entre os jovens, a desocupação foi de 43,2 para aqueles com 14-17 anos e 29,5 para aqueles com 18-24 anos no mesmo período. Embora as taxas de desemprego tenham batido recordes durante a pandemia de Covid-19, mesmo antes disso, a crise econômica, as desigualdades sociais, a falta de qualificação, a rotatividade, os elevados índices de informalidade e a ausência de uma política nacional de emprego já eram apontados como os principais motivos para as elevadas taxas de desemprego entre os mais jovens. Em 2021, houve um agravamento desse cenário cujo enfrentamento requer um conjunto de políticas específicas voltadas para o aumento da oferta de

empregos, o estímulo à contratação de jovens e a oferta de educação e formação profissional alinhadas às novas demandas do mercado de trabalho.

Esperamos com esta pesquisa contribuir para esse debate e, além disso, reforçar a importância da escuta e da participação da juventude nos processos que impactam diretamente suas vidas. Essa participação pode contribuir para a universalização de direitos políticos, para o fortalecimento de princípios democráticos e para a proteção dos jovens frente a contextos de vulnerabilidade. No Brasil, a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, e o Estatuto da Juventude, instituído em 2013, são os principais instrumentos normativos que amparam o debate sobre a participação infantil e juvenil. Nesse último lê-se, no artigo 3º, “os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes: (...) II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação; III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; (...)” e, no artigo 4º, “o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” (BRASIL, 2013).

Diante dessas considerações, e com base nos instrumentos normativos já existentes, convidamos os leitores a pensar conosco caminhos para potencializar atores e canais que conectem as demandas e mobilizações de crianças, adolescentes e jovens com a estrutura institucional do Estado, buscando transformá-las em políticas públicas ou em estratégias de implementação e monitoramento daquelas já existentes e negligenciadas.

## **METODOLOGIA**

O objetivo da pesquisa foi mobilizar o debate e identificar os desafios e as oportunidades para a inserção produtiva e para a participação social da juventude no município de Volta Redonda, a partir da realização de entrevistas e grupos focais com atores-chave e jovens moradores da cidade.

Importante dizer que, quando o projeto Jovens em ação na criação de cidades inclusivas foi idealizado, em 2019, não havia indícios de que o mundo seria atravessado por uma pandemia e isso exigiu que adaptássemos toda nossa proposta diante do novo cenário. Apesar dos desafios de mobilizar a agenda pública em meio à maior crise sanitária já experimentada no país e do limitado acesso à internet e equipamentos de grande parte da juventude, especialmente aquela que vive em contextos de vulnerabilidade, conseguimos dar seguimento à pesquisa, adaptando a maior parte de nosso treinamento e coleta de dados para o ambiente virtual, incluindo as exigências referentes ao sigilo e aos aspectos éticos instituídos na Resolução CNS nº 466/12.

A partir do treinamento, realizado em encontros quinzenais online, entre outubro de 2020 e março de 2021, e considerando os temas a serem investigados, elaboramos os roteiros de entrevistas que seriam aplicados junto aos atores-chave e os roteiros que guiariam os grupos focais com jovens moradores da cidade de Volta Redonda.

Realizamos também um mapeamento online dos principais órgãos públicos e organizações não-governamentais atuantes na cidade de Volta Redonda relacionados aos temas que seriam abordados. Foram identificados: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda; Coordenadoria da Juventude; Comissão de Direitos da Juventude e Comissão de Defesa da Criança e Adolescente da Câmara Municipal de Volta Redonda; Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria Municipal de Educação; Centro Integração Empresa Escola; Fundação Companhia Siderúrgica Nacional; Fundação Beatriz Gama e Casa da Criança e do Adolescente<sup>2</sup>.

Os 10 atores-chave identificados foram contactados e, depois de muita articulação política, todos indicaram representantes para serem entrevistados. As consultas foram realizadas entre maio e julho de 2021. Devido à pandemia de Covid-19, parte das entrevistas foi realizada à distância e parte delas foi realizada presencialmente, seguindo todos os protocolos de saúde recomendados.

Foram empreendidos esforços para a realização de três grupos focais online com jovens mo-

---

2 O Conselho Municipal da Juventude também foi identificado como um ator-chave para essa discussão, mas, como estava inativo durante o período da pesquisa, não foi possível entrevistar um representante da entidade.

radores da cidade. Fizemos postagens públicas nas redes sociais do FJSFA-VR, do CIESPI/PUC-Rio e dos participantes do projeto, divulgando a proposta e convidando os jovens para participar. Convites individuais e contatos com diretores de escolas também foram realizados. Ainda assim, diante dos desafios da pandemia de Covid-19, que incluem acesso limitado à internet, adaptação às aulas online, aumento da participação dos jovens nas tarefas domésticas e problemas de saúde mental, só foi possível realizar dois encontros. Um deles contou com 2 participantes e o outro com 5 participantes. Visando assegurar a escuta dos jovens na pesquisa, reorientamos nosso percurso e optamos pela realização de entrevistas individuais com conhecidos e indicados pela equipe do projeto. A maioria dessas entrevistas foi realizada de maneira assíncrona, através do WhatsApp. Dessa forma, entre julho e agosto de 2021, consultamos um total de 19 jovens.

É preciso destacar que adultos e jovens trabalharam juntos em todas as etapas de execução da pesquisa. Desde a formulação dos roteiros de entrevistas, passando pelo mapeamento de atores-chave até a construção das análises e recomendações apresentadas.

## **APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

Os dados coletados durante a pesquisa serão apresentados por eixos temáticos, construídos a partir das perguntas realizadas nas entrevistas e grupos focais, incluindo, sempre que for o caso, a sistematização das respostas dos 10 atores-chave e dos 19 jovens consultados.

### **BLOCO 1 – INSERÇÃO PRODUTIVA**

#### ***Principais desafios relacionados à inserção dos jovens no mercado de trabalho***

Os atores-chave destacam a falta de qualificação e experiência dos jovens e a escassez de

oportunidades do mercado de trabalho como principais desafios. Registra-se que a falta de um tipo de formação adequada nas escolas, voltada para a preparação para o mercado de trabalho, também foi mencionada.

Os jovens dizem que a exigência de experiência é um dos principais desafios, mas também mencionam como obstáculos: a exigência de dispensa militar (que limita a faixa etária de ingresso aos homens maiores de 18 anos) e de elevados níveis de escolaridade (como ensino médio completo e/ou superior), a falta de confiança no potencial de trabalho da juventude e a escassez de oportunidades compatíveis com o perfil daqueles que buscam o primeiro emprego (inclusive com horários que conciliem trabalho e estudo).

Ao mesmo tempo em que se reafirma a necessidade de elevados níveis de formação, qualificação e experiência para que os jovens participem do mercado de trabalho, a crise e a reconfiguração ocorrida no capitalismo mundial vêm eliminando e remodelando postos de trabalho gerando incertezas e instabilidade. Desde os anos 1980, na América Latina, o avanço do neoliberalismo aumentou o desemprego, a pobreza e a desigualdade social, levando os jovens, cada vez mais cedo, a buscar um trabalho para ajudar no sustento de suas famílias. Nesses casos, muitas vezes, eles acabam recorrendo à informalidade, engrossando as fileiras do trabalho infantil e sendo privados de direitos e oportunidades que poderiam melhorar suas condições de vida no futuro. Essa combinação traz consequências para a saúde mental da juventude que, por gerações, busca traçar estratégias de sobrevivência e autonomia em um mundo em constante transformação.

Esse cenário exige maiores investimentos em políticas públicas robustas capazes de oferecer formação compatível com as exigências do mercado de trabalho, ampliar o número e o perfil das vagas disponíveis e oferecer apoio psicossocial para aqueles que tenham mais dificuldade para lidar com esse tipo de pressão. Além disso, ampliar a aprimorar as estratégias e programas de combate ao trabalho infantil e de acompanhamento e suporte às famílias são indispensáveis, de modo a permitir que elas exerçam seu papel de cuidado e proteção em relação aos seus filhos.

Identificamos na pesquisa que parte dos representantes dos órgãos públicos entrevistados reconhece os desafios do tempo presente e admite que suas ações têm se mostrado insuficientes

para enfrentá-los. Um outro ponto que gostaríamos de destacar é que consideramos equivocados alguns posicionamentos que responsabilizam exclusivamente os jovens pelos obstáculos que enfrentam para se inserir no mercado de trabalho, atribuindo a eles desinteresse e/ou passividade. Esse tipo de discurso alimenta preconceitos e discriminação contra a juventude quando, por vezes, especialmente nos contextos mais vulneráveis, ela enfrenta círculos intergeracionais de pobreza, racismo estrutural, machismo, homofobia, entre outras tantas questões sociais.

### ***O que mais pode ajudar o jovem a se inserir no mercado de trabalho hoje***

Os atores-chave mencionam a necessidade de ampliar a formação técnica e profissional dos jovens, com foco nas áreas de tecnologia e informática, cujas habilidades são amplamente exigidas no mercado de trabalho atual; combater o trabalho infantil, a partir da ampliação da oferta de oportunidades legais de trabalho; capilarizar a divulgação das iniciativas de formação e das vagas de trabalho existentes, especialmente nas áreas periféricas; diversificar a oferta de escolarização e cursos preparatórios, considerando a diversidade de contextos sociais em que se inserem os jovens e incluindo sua preparação psicossocial e pessoal para o mercado de trabalho; ampliar a proteção sociais dos jovens e suas famílias; aumentar a oferta de ensino em tempo integral; e oferecer assistência estudantil (passagem + alimentação + bolsa) aqueles que precisam, visando mitigar as desigualdades de oportunidades existentes entre diferentes classes sociais.

Os jovens destacam, a partir de suas experiências pessoais, que sua inserção em cursos diversos e o apoio de familiares e amigos contribuíram para sua inserção no mercado de trabalho.

Consideramos fundamentais todas as propostas mencionadas pelos atores-chave, especialmente aquelas voltadas à assistência estudantil, de modo a permitir o acesso e a permanência dos jovens não só nas escolas, mas em cursos técnicos, profissionalizantes e outros que possam contribuir para o desenvolvimento de habilidades exigidas no mercado de trabalho, como informática e línguas. Ficou evidente nas entrevistas realizadas que ter acesso a uma formação diversificada foi importante para os jovens que conseguiram se inserir no mercado de trabalho.

A oferta de preparação psicossocial e pessoal também nos parece indispensável, uma vez que aprender a lidar com as exigências do mercado de trabalho não é algo ensinado nas escolas, onde os indivíduos passam a maior parte do tempo em seus anos iniciais de juventude. Essa preparação poderia incluir desde a elaboração de currículos, passando pelas formas de se comportar e comunicar em entrevistas de emprego e nas empresas, até a construção de redes de relacionamento capazes de contribuir para o crescimento profissional dos jovens.

### ***Vantagens e desvantagens do Programa Jovem Aprendiz<sup>3</sup>***

Entre as vantagens do Programa, destacam-se: a redução de impostos para as empresas; a oferta de remuneração para os jovens; a oportunidade de acesso ao primeiro emprego; e a realização de atividades práticas no contraturno escolar. O Programa permite que os jovens contribuam financeiramente com suas famílias; que eles conheçam o mercado de trabalho; e aprendam a valorizar e administrar os recursos financeiros recebidos.

No que diz respeito às desvantagens foram apontados: foco na oferta de profissionais de baixa remuneração e não no aprendizado dos jovens; ainda é muito complicado e com muitas exigências, dificultando a participação de pequenas empresas; focado em atividades administrativas e de escritório, que não correspondem às demandas atuais do mercado; e falta integração do Programa com as escolas. Segundo os atores-chave, é preciso ampliar a divulgação do Programa e as informações disponíveis para a juventude; desenvolver mecanismos para a continuidade da formação e permanência dos jovens no mercado de trabalho; e conscientizar as empresas acerca do perfil do jovem contratado, de modo a incentivá-las a contribuir para sua formação e limitar as exigências de competências e condutas.

Reconhecemos a importância do Programa Jovem Aprendiz, conforme identificado na pesquisa, mas também acreditamos que seja necessário aprimorar seu funcionamento, especialmente no que tange à fiscalização da oferta de vagas. De acordo com a Lei da Aprendizagem - Lei nº

---

3 Pergunta feita exclusivamente aos atores-chave.

10.097/2000, todas as empresas de médio e grande porte devem oferecer de 5% a 15% de suas vagas para jovens entre 14 a 24 anos incompletos, estudantes ou já formados. Todavia, mesmo antes da pandemia, uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, publicada em janeiro de 2020, já apontava que as empresas ofereciam, em média, 2% de suas vagas para jovens. Ao todo, elas deveriam oferecer em torno de 1 milhão de vagas, mas só 445 mil foram preenchidas em 2019, representando 46% da cota estabelecida pela legislação. E esse cenário se agravou com a pandemia. De acordo com um estudo publicado pela Kairós Desenvolvimento Social, desde o início da pandemia até meados de 2021, o país fechou quase 78 mil vagas de trabalho para jovens. Embora o mercado tenha mostrado sinais de recuperação em 2021, isso ainda não foi suficiente para recuperar as vagas perdidas, especialmente porque o governo não investiu em medidas específicas voltadas para os aprendizes no que tange o enfrentamento da crise causada pela Covid-19.

Especialistas apontam que falta fiscalização por parte do governo e que há resistência por parte das empresas em relação à lei e ao aproveitamento dos programas de aprendizagem. Além disso, muitas empresas, quando contratam, não empregam os segmentos mais vulneráveis, que são justamente os que mais precisam da remuneração para contribuir com o orçamento familiar e do reforço na sua formação para uma inserção bem-sucedida no mercado de trabalho.

Existe também a questão da contratação por parte das empresas de micro e pequeno porte, responsáveis pela grande maioria dos postos de trabalho no Brasil. Embora desobrigadas de contratar aprendizes, diante dos alarmantes níveis de desemprego, nos parece que o Estado tem o dever estimular esse tipo de contratação, apelando, inclusive, para a responsabilidade social dessas empresas, conscientizando-as a respeito da importância da lei da aprendizagem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Os jovens participantes do projeto pensaram até mesmo na criação de uma espécie de “selo” para divulgar e promover as empresas que cumprem a lei e se comprometem com a geração de empregos para a juventude.

## ***Programas e/ou políticas importantes para a juventude de Volta Redonda no que diz respeito a sua inserção produtiva<sup>4</sup>***

Os atores-chave entrevistados mencionaram o Programa Jovem Aprendiz, o Centro Oportunizar (Coordenadoria da Juventude), Programa Educando Adolescente Assistido (Fundação Beatriz Gama – restrito aos acolhidos), projeto Capacitar (Fundação Companhia Siderúrgica Nacional) e leis municipais que incentivam a contratação de jovens<sup>5</sup>. Foi mencionada também a oferta pontual de cursos técnicos e profissionalizantes.

Eles disseram ainda que faltam políticas de formação adequadas à dinâmica atual do mercado de trabalho e que o Estado ainda se encontra muito ausente das comunidades. Afirmaram que é preciso identificar as demandas e habilidades dos jovens; expandir e modernizar a divulgação das iniciativas existentes; ampliar os programas de estágio e aprendizagem nas repartições públicas; e oferecer orientação para que os jovens se atualizem com conhecimentos e informações. Foi reconhecido o papel que a Coordenadoria da Juventude deve desempenhar no incentivo ao debate sobre o tema e a insuficiência dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação que, se ampliados, poderiam beneficiar mais jovens.

Ampliar e capilarizar a divulgação das iniciativas de formação e das vagas de trabalho existentes foram preocupações que perpassaram as falas dos atores-chave e dos jovens consultados ao longo de toda a pesquisa. Os jovens revelaram dificuldades em identificar onde procurar oportunidades de formação e vagas de emprego, ao mesmo tempo em que indicaram a escola como um espaço que potencialmente poderia facilitar a conexão entre educação e trabalho. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e os outros equipamentos da assistência e da saúde, presen-

---

4 Pergunta feita exclusivamente aos atores-chave.

5 Exemplos mencionados: Lei Municipal nº 5486/2018, que *“Dispõe sobre a autorização do Poder Executivo a implantar no Município de Volta Redonda o PIF-Programa de Incentivo Fiscal às empresas contribuintes do ISSQN, quando gerarem o primeiro emprego, na forma que estabelece”*; e Lei Municipal nº 5445/2018, que *“Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo conceder incentivo fiscal a empresas que contratarem estudantes e jovens residentes no Município de Volta Redonda”*.

tes nos territórios, também foram mencionados como possíveis centros irradiadores de informação, especialmente para aqueles com acesso restrito à internet.

### ***Participação de jovens na formulação de programas e políticas públicas***

Embora reconheçam a importância de escutar os jovens e compreender as suas demandas, de modo geral, os atores-chave afirmam que isso não costuma acontecer de forma continuada. As iniciativas da Coordenadoria da Juventude se destacaram no que tange à escuta dos jovens e a ela é atribuída essa responsabilidade. Foram mencionadas como estratégias de escuta: a Conferência Municipal da Juventude; o programa de ouvidoria “Fala Tu” (Coordenadoria da Juventude); a realização de avaliações em projetos piloto; vigilância socioassistencial; avaliações diagnósticas; audiências públicas e a tribuna da Câmara Municipal. Por outro lado, a gestão pública municipal reduziu espaços de participação e escuta popular, uma vez que não promoveu audiências para discutir temáticas como a alteração da grade educacional municipal, a elaboração do Plano Plurianual - PPA e o encerramento da iniciativa de um Comitê de Orçamento Participativo para a construção do orçamento público. Isso revela as contradições e os desafios para a construção de uma gestão participativa e de uma cidade mais inclusiva.

Sobre os benefícios da participação de jovens na formulação de políticas públicas, os atores-chave disseram que os jovens são “mais livres” para questionar; eles estão mais conectados aos problemas de seu tempo, podendo contribuir para políticas públicas mais efetivas; e a participação contribui para a formação da juventude e para o desenvolvimento da sociedade com mais oportunidades para todos. Sobre os desafios, foi dito que os jovens precisam se reconhecer como atores-chave no processo de formulação de políticas públicas e que muitos adultos não dão credibilidade ao que os jovens dizem.

Os jovens, por sua vez, acham importante sua participação para que tenham acesso à informação e se mantenham conectados a temas importantes. Além disso, eles conhecem mais profundamente seus desafios e podem contribuir para a construção de soluções e políticas eficazes. Foi dito

também que a participação garante lugar de fala e dá visibilidade às demandas da juventude. E eles mencionaram estar mais dispostos a mudar a realidade que lhes causa sofrimento; que representam o futuro; e que o governo precisa estar mais focado naqueles que estão começando a vida profissional.

Consideramos importantes todas as iniciativas voltadas para a inclusão da juventude, mas é preciso salientar que a grande maioria das estratégias mencionadas está focada na escuta dos jovens e não no estímulo a uma participação ativa, que os permita ocupar um papel central nas questões relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade, fortalecendo o papel protagônico da juventude (SARCOSTTI ET. AL., 2015). Além disso, percebemos em várias falas dos jovens entrevistados um desconhecimento sobre as iniciativas existentes, o que revela a necessidade de informar e estimular a participação, assim como oferecer meios para que os jovens acessem os espaços de discussão e deliberação de políticas. Foi questionado o fato dos espaços de debate voltados para a juventude serem majoritariamente ocupados por adultos, reforçando uma mentalidade adultocêntrica, onde as crianças são vistas como propriedade, como potencialidade e não como atores ativos no presente (CONTRERAS; PÉREZ, 2011; PAVEZ-SOTO, 2012; CUSSIANOVICH, 2013; RIBEIRO, 2015).

Pesquisas realizadas no Brasil e em diversos países da América Latina discutem a importância do protagonismo juvenil, enfatizando o sentido de autonomia e o papel ativo de jovens na sociedade, porém destacando os inúmeros obstáculos que enfrentam para que suas vozes sejam levadas a sério (RIZZINI, 2018). As pesquisas também apontam a importância da participação social de jovens como cidadãos, analisando os processos que os levam a exercitar sua cidadania como um direito (ACOSTA; PINEDA, 2007; CORVERA, 2011; LAY-LISBOA, 2018). São, assim, vistos como atores políticos que fazem parte de uma coletividade e se tornam 'cidadãos ativos' que lutam para transformar realidades (ORAISÓN; PÉREZ, 2006; NOVELLA, 2012).

Um outro ponto abordado pelos participantes do projeto foi a importância de democratizar as escolas, onde muitas vezes não são ouvidos, bem como as decisões relacionadas à educação. Como exemplo, eles se mostraram contrários a extinção do ensino médio da Fundação Educacional de Volta Redonda - FEVRE, especialmente pela ausência de debate público com a juventude e

por sua relevância no que tange à preparação para o mercado de trabalho<sup>6</sup>. Além de criar audiências públicas nas Câmaras Municipais, os jovens sugerem levar os debates para o cotidiano, dentro das escolas, universidades e empresas, por exemplo, com uma linguagem acessível, de modo que a oportunidade de participar alcance a todos.

### ***Impactos positivos e negativos da identidade de gênero/sexualidade/religiosidade/raça ou etnia no trabalho dos jovens<sup>7</sup>***

Apesar de afirmarem que essas questões não interferem na capacidade de trabalho das pessoas, a maioria dos jovens disse perceber que pertencer a grupos minoritários impacta negativamente na contratação e no cotidiano de trabalho da juventude. Eles relataram episódios em que, especialmente, a sexualidade e questões raciais levaram a demissões e a constrangimentos. Ser mulher e jovem também apareceu como um perfil que gera olhares e julgamentos no mercado de trabalho. Alguns relataram sofrer preconceito na escola, na universidade e nos espaços comunitário e familiar.

Destacamos que essa questão provocou muito diálogo diante dos fortes depoimentos de jovens vítimas de preconceito em um dos grupos focais organizados no âmbito do projeto. Esse tipo de experiência afeta a saúde mental dos envolvidos, o que aponta para a necessidade de fortalecimento de espaços de diálogo e de acompanhamento psicossocial, assim como para o desenvolvimento de campanhas informativas e de conscientização acerca dos impactos negativos do preconceito na vida das pessoas. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, “Alguns adolescentes estão em maior risco de problemas de saúde mental devido às suas condições de vida, estigma, discriminação ou exclusão, além de falta de acesso a serviços e apoio de qualidade. Estes incluem adolescentes (...) que fazem parte de minorias étnicas ou sexuais ou outros grupos discrimi-

---

6 De acordo com o site da Prefeitura de Volta Redonda, a missão da FEVRE é “*oferecer Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante de qualidade*”. Seu objetivo é “*ser referencial para o oferecimento de Ensino Público, desenvolvendo uma política educacional de qualidade para a formação ética, o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho*”. Acesso em 30/09/2021.

7 Pergunta feita exclusivamente aos jovens.

nados” (OPAS, S/D).

Importante dizer que temos acompanhado uma escalada dos agravos à saúde mental dos jovens nas últimas décadas no Brasil. A pandemia de Covid-19 aprofundou esse problema. Além dos fatores diretamente relacionados à doença, como o medo de se contaminar e da morte, a situação financeira e o acúmulo de dívidas também fez os índices de ansiedade e depressão aumentarem. A pesquisa Saúde Mental na Pandemia (IPEC, 2021) aponta os jovens entre 18 e 24 anos foram os mais afetados, sendo que 50% deles classificaram a própria saúde mental como ruim (39%) ou muito ruim (11%) durante a pandemia.

### ***Formas de diminuir os índices de desemprego da juventude<sup>8</sup>***

Sobre o que os governos poderiam fazer, os atores-chave mencionaram: ampliar a oferta de cursos de formação e oferecer oportunidades para que os jovens adquiram experiência de trabalho; ampliar a divulgação das iniciativas existentes; adequar os programas aos interesses dos jovens; fomentar o Programa Jovem Aprendiz no município; capacitar empresas sobre o tema e tornar o Programa Jovem Aprendiz mais atraente; tornar o sistema mais ágil e menos burocrático; criar incentivos fiscais e benefícios para reduzir os custos de contratação e estimular as empresas a aumentar a oferta de vagas de emprego para os jovens; criar leis de incentivo à contratação de jovens; conscientizar as empresas sobre o fato dos jovens serem “mão-de-obra barata”, que pode ser qualificada e motivada para trabalhar; atrair e apoiar novas empresas para que elas gerem mais empregos; discutir formação de mão-de-obra em consonância com as exigências do mercado; capacitar a juventude, considerando sua formação pessoal, psicossocial e emocional; ampliar a oferta de cursos profissionalizantes de nível fundamental; repensar a educação e a formação de modo a adequá-las a diferentes contextos sociais; incluir os CRAS no atendimento e formação para o mercado de trabalho; atuar de forma multissetorial, oferecendo formação educacional especial e ampliando as oportunidades de inserção produtiva para aqueles com deficiências e direitos violados; investir em educação, esti-

---

8 Pergunta feita exclusivamente aos atores-chave.

mulando o interesse pelos estudos; oferecer melhores condições de trabalho aos professores; criar mecanismos para entender o que acontece na realidade; incluir lideranças jovens na formulação de políticas públicas; fortalecer o desenvolvimento econômico e a empregabilidade; ampliar o combate ao desemprego e fortalecer políticas de inserção produtiva, priorizando adolescentes e jovens; e ampliar a atenção às famílias, oferecendo orientação e oportunidades para os responsáveis dos jovens também.

Sobre o que as empresas poderiam fazer, os atores-chave disseram: cumprir a lei da aprendizagem; fomentar empregos; ampliar a oferta de vagas para adolescentes e jovens, inclusive para os menores de 18 anos; ampliar as oportunidades para aqueles que ainda estão cursando o ensino fundamental; ter sensibilidade em relação às necessidades educacionais da juventude; incentivar e criar condições para que seus contratados concluam o ensino básico; favorecer e apoiar a formação dos profissionais; criar programas para receber os jovens que precisam de orientação após a contratação; criar cursos específicos voltados para a formação de profissionais alinhados ao perfil desejado; dar abertura e ouvir as ideias dos jovens contratados, sobretudo em relação à tecnologia; e apresentar suas demandas, contribuindo para à adequação das políticas.

Sobre o papel dos jovens nesse processo: estudar; estar motivados e ter iniciativa; conhecer os desafios do mercado de trabalho para se preparar para ele; alinhar-se às novas dinâmicas do mercado de trabalho; buscar informações para não perder oportunidades; aprender a se comportar em ambientes profissionais; ter iniciativa e apresentar ideias para as empresas quando contratados; ampliar sua participação nos espaços públicos de formulação e fiscalização de políticas; se organizar coletivamente para pensar o que é importante para sua inserção no mercado de trabalho e para pressionar pelo avanço de suas pautas; e ampliar cobranças e protestos.

Os depoimentos coletados apontam para uma série de estratégias que poderiam contribuir para a inserção produtiva da juventude. Endossamos o papel central do Estado na formulação de políticas de incentivo à geração de empregos e à contratação de jovens. Precisamos pontuar, todavia, que oferecer educação e formação profissional adequada é insuficiente para garantir a inserção produtiva da juventude, especialmente diante da desaceleração da economia e da retração do mercado

de trabalho aprofundadas pela pandemia de Covid-19.

Analisar o elevado número de jovens que estão sem trabalhar e sem estudar, percentual que subiu de 23,7% no último trimestre de 2019 para 25,5% no final de 2020 (NERI, 2021), pode nos ajudar a pensar as intervenções públicas necessárias. Embora muitas vezes essa seja uma situação transitória, as causas da permanência de parte da juventude por mais tempo nessa condição ainda são controversas. Predominantemente, entende-se que “ser pobre, negro, ter baixa escolaridade e ser mulher com filhos são características que aumentam as chances de os jovens estarem na situação conhecida como nem-nem” (ROCHA ET. AL., p.546, 2020). As razões para os jovens estarem sem trabalho ou sem estudar são múltiplas, desde desigualdades sociais estruturais até baixos níveis de escolaridade, problemas de saúde, responsabilidades familiares, conjugalidade e parentalidade, e os formuladores de políticas públicas precisam considerar essas diferentes causas. Reconhecer a heterogeneidade desse grupo nos permitiria avançar no sentido de tornar os programas de inserção no mercado de trabalho voltados para a juventude mais efetivos.

## **BLOCO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL<sup>9</sup>**

### ***Participação na vida da sua comunidade ou de espaços de debates sobre direitos***

A maioria dos jovens consultados disse não participar da vida de sua comunidade. Todavia, iniciativas como ter feito parte do grêmio da escola, ter sido representante de turma, ter participado de diretório acadêmico na faculdade e ter participado de projetos sociais foram mencionadas. Aproximações com a Coordenadoria da Juventude e com Associações de moradores também foram citadas, assim como o engajamento em grupos religiosos.

Conforme veremos mais adiante, a maioria dos jovens manifestou interesse em participar de movimentos ou grupos que discutam direitos e temas relacionados à juventude. Nesse sentido,

---

9 Todas as perguntas deste bloco foram feitas exclusivamente aos jovens.

indagamos se o fato da maioria não estar envolvida na vida de sua comunidade ou em debates sobre direitos tem relação com a ausência de espaços de participação voltados para esse grupo. É fundamental que esses espaços existam, sejam amplamente divulgados, mas também que adotem metodologias que estimulem à participação da juventude, garantindo a eles um espaço seguro e confortável de escuta e livre manifestação.

Além disso, consideramos importante que os debates ocorram de maneira mais capilarizada, atingindo os jovens em seu cotidiano, a começar pelas escolas e outros espaços públicos que os jovens costumam frequentar. A realização de mais conferências e audiências públicas também pode contribuir para que a participação dos jovens seja mais frequente.

### ***Participação na elaboração e implementação de políticas***

A maioria dos jovens consultados disse nunca ter participado de processos de elaboração e implementação de políticas. Todavia, iniciativas como participar de debates públicos via redes sociais, de coletivos pretos, de abaixo-assinados, de audiências e assembleias na Câmara Municipal foram citadas.

Divulgar a atuação dos Conselhos de Direitos, especialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e o Conselho Municipal da Juventude – CMJ, garantindo voz e voto a crianças, adolescentes e jovens deve fazer parte das estratégias de incentivo ao envolvimento ativo dos jovens na discussão e formulação de políticas públicas voltadas para seu próprio benefício e de suas comunidades.

Destacamos aqui o caso do CMDCA-VR, que foi pioneiro em efetivamente incluir adolescentes em seu quadro de conselheiros. Essa participação tem contribuído para a formação de jovens e adultos multiplicadores, comprometidos com o desenvolvimento do município. A aproximação da equipe de pesquisa do CIESPI/PUC-Rio junto ao CMDCA-VR e ao FJSFA se deu em 2018, quando buscávamos compreender a participação infantil e juvenil em espaços públicos destinados ao debate e à deliberação de políticas públicas visando a proteção e promoção dos direitos de crianças e

adolescentes<sup>10</sup>.

## ***O que gostariam que fosse diferente na sociedade***

Os jovens mencionaram que gostariam de viver em comunidades menos violentas; com mais segurança para as mulheres; sem homofobia, assédio e racismo; com mais respeito e mais oportunidades; sem desigualdade social e preconceito; com mais empatia, honestidade e responsabilidade; com jovens mais atuantes em relação aos seus direitos e deveres; com mais equidade; com educação para todos; com os direitos da juventude respeitados; e com mais políticas públicas.

Quando perguntamos se já tinham falado sobre isso com alguém, um entrevistado mencionou que gosta de debater porque só assim é possível realizar mudanças. Outros citaram já ter participado de debates e rodas de conversa em escolas, na Coordenadoria da Juventude, em grupos religiosos, com amigos e, menos frequentemente, com a família.

É crucial refletir sobre as percepções dos jovens acerca das vivências e das múltiplas violações que atravessam suas vidas. Cabe ao poder público ampliar e fiscalizar a proteção sobre essa população, fortalecendo mecanismos de apoio psicossocial para atender suas demandas emergenciais, garantindo direitos.

## ***Escuta das opiniões e demandas dos jovens***

A maioria dos jovens afirmou que suas opiniões e demandas não são ouvidas, especialmente pelos governantes. Todavia, alguns deles mencionaram ter encontrado algum espaço de escuta em suas faculdades, grêmios escolares, comunidades religiosas, amigos e familiares.

Sobre as melhores formas de serem ouvidos, eles mencionaram manifestações, protestos,

---

10 A pesquisa se deu no âmbito do projeto *Monitoramento dos processos de participação infantil em políticas e programas de proteção à infância no Canadá e em âmbito internacional*, coordenado no Brasil por Irene Rizzini, como parte da Rede Internacional de Direitos das Crianças (ICCRP – International and Canadian Children’s Rights Partnership).

participação em movimentos sociais, ONGs e projetos sociais e, também, através da Coordenadoria da Juventude. Foi dito também que a tecnologia facilitou a comunicação entre os jovens e que parte deles não é ouvida porque não atua em espaços de participação social.

Importante acrescentar que o preconceito de idade, chamado ageísmo, impacta também a juventude. Um número crescente de estudos revela que o preconceito contra os mais jovens se manifesta inclusive na política, onde se dúvida, nega e rejeita as vozes da juventude, regulando suas identidades e limitando seus esforços e movimentos em defesa de direitos. Embora pouco se saiba sobre os determinantes, a escala e o impacto desse tipo de preconceito sobre os jovens, existem evidências de que ele ocorre também nos locais de trabalho, influenciando na forma como o profissional é tratado nas empresas, na sua demissão e mesmo na sua contratação, conforme aponta o Global report on ageism (WHO, 2021).

### ***Estímulo à participação***

Ao serem perguntados de que forma poderiam atrair outras pessoas para ajudar com as mudanças sociais que precisam ser feitas, os jovens mencionaram ser importante conversar e debater temas pertinentes à juventude; criar e fortalecer redes de diálogo e rodas de conversa; estar mais próximo das pessoas; conscientizar as pessoas sobre temas de interesse social; juntar pessoas com pensamentos parecidos; agir de acordo com aquilo que se pensa e fala; militar em prol de determinados temas; realizar manifestações pacíficas; distribuir panfletos e cartazes; apresentar projetos; movimentar as redes sociais; produzir vídeos e postagens sobre diferentes temas; fazer lives; e ampliar a divulgação de espaços, fóruns e redes de discussão de políticas públicas.

Lembramos que cabe também ao poder público incentivar a livre associação dos jovens, de modo a garantir sua interlocução por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis, conforme estabelece o artigo 5º do Estatuto da Juventude. Bem como a criação e ampliação de espaços públicos e governamentais para a discussão e elaboração de políticas públicas junto à juventude, como o fortalecimento de conselhos setoriais e a abertura desses espaços para o prota-

gonismo infanto juvenil.

## ***Principais temas de interesse***

Perguntamos se os jovens tinham interesse em participar de movimentos ou grupos que discutam direitos e temas relacionados à juventude e a maioria deles respondeu que sim. Os temas de interesse citados foram: questão racial; direitos LGBTQIA+, das mulheres, crianças, adolescentes e jovens; feminismo; meio ambiente; movimentos pelo primeiro emprego para os jovens, contra o preconceito e o assédio; preparação para o mercado financeiro; educação sexual; gênero; sexualidade; direitos do trabalho relacionados à juventude; políticas de segurança; e movimentos relacionados aos acontecimentos atuais. Mais uma vez, a necessidade de maior divulgação dos espaços de discussão existentes foi citada.

Por fim, identificamos uma multiplicidade de elementos que despertam o interesse da juventude. Essa é uma janela de oportunidades para a oferta de diferentes alternativas para o engajamento desse grupo nas suas comunidades. Todavia, para isso, é preciso que os jovens sejam informados e formados e que as cidades se tornem espaços mais inclusivos e permeáveis a sua participação.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os desafios e as oportunidades identificados através da pesquisa Jovens em ação na criação de cidades inclusivas: trabalho e participação social não podem ser considerados inéditos, embora sejam comumente ignorados ou mesmo desconhecidos. Especialistas no tema reafirmam, frequentemente que os principais desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho são: a exigência de experiência e de elevados níveis de escolaridade, a falta de qualificação e a escassez de oportunidades compatíveis com o perfil daqueles que buscam o primeiro emprego. Também não

surpreende que os jovens não estejam incluídos nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas e que faltem informações e formação sobre diferentes temas e acesso aos espaços públicos de debate, inclusive com direito à voz e voto.

O que essa pesquisa e o projeto Jovens em ação na criação de cidades inclusivas trazem de diferencial é a coparticipação de adultos e jovens na execução das atividades propostas. Foi sem dúvida um processo muito rico, porém não sem desafios. A Covid-19 impôs novas dinâmicas aos lares brasileiros e os jovens precisaram se adaptar às aulas online e a apoiar suas famílias, muitas das quais sofreram diretamente os impactos da pandemia, seja em sua saúde física, seja na sua saúde financeira e emocional. Em certos momentos, foi difícil manter as atividades da equipe, inclusive por parte dos adultos, diante dos sofrimentos e demandas do cenário atual. As dificuldades de acesso à internet e a equipamentos adequados para a interação virtual provocaram instabilidade nas reuniões de pesquisa, assim como dificultaram os contatos institucionais para a realização das entrevistas com atores-chave e a participação dos jovens nos grupos focais. O linguajar acadêmico e, por vezes, cansativo dos adultos também foi questionado e teve que ser adaptado, visando estimular a permanência e a participação dos jovens. Um aprendizado importante de ambas as partes no campo das relações intergeracionais que caracterizaram o projeto.

Destacamos que os benefícios da coparticipação também puderam ser evidenciados. A troca de conhecimentos foi muito importante para adultos e jovens. Se os mais novos se beneficiaram da experiência e do conhecimento técnico-científico, os mais velhos foram estimulados a pensar formas mais acessíveis de comunicação, para além dos muros da universidade, tornando temas e conteúdos mais dinâmicos de forma a atrair a atenção e a participação dos jovens. Importante reconhecer a importância da mediação dos jovens mais experientes, construindo pontes com os adultos e facilitando a relação com os menos experientes. Nesse sentido, trabalhar com um grupo já formado de ativistas, como é o caso do Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação, facilitou o entrosamento da equipe mesmo à distância.

Aprender a lidar com as diferentes formas de pensar, de se expressar e de agir dos indivíduos, em suas diferentes fases de vida, foi um dos grandes desafios dessa pesquisa. Mas aprender a ouvir

o que crianças, adolescentes e jovens têm a dizer, o que aprenderam com suas experiências e quais as suas necessidades e propostas é fundamental para sua proteção e para o planejamento efetivo de ações que possam contribuir para a garantia de seus direitos. Superar a concepção de juventude como mera etapa de transição para a vida adulta é importante para que os jovens possam participar ativamente da vida social, compreendendo e defendendo seus direitos com níveis de maturidade conquistados mesmo durante esse processo. Os espaços de discussão e formulação de políticas já instituídos precisam ser sensibilizados e remodelados de modo a permitir uma participação intergeracional, construindo um sentimento de pertencimento desde a infância, fortalecendo uma cultura de direitos e estimulando o envolvimento de todos no desenvolvimento de suas comunidades.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alejandro; PINEDA, Nisme. Ciudad y participación infantil. In: Caraveo YC and Pontón MEL (eds), Participación infantil y juvenil en América Latina. Bogotá: Cinde, pp. 147-177, 2007.

BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. LEI nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

CONTRERAS, Claudio Gonzalo; PÉREZ, Andrés Javier. Participación invisible: niñez y prácticas participativas emergentes. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 9(2), 811-825, 2011.

CORVERA, Nicolás. Participación ciudadana de los niños como sujetos de derechos. Persona y Sociedad / Universidad Alberto Hurtado. Vol. XXV / Nº 2 / 73-99, 2011.

CUSSIANÓVICH, Alejandro. Protagonismo, participación y ciudadanía como componente de la educación y ejercicio de los derechos de la infancia. En A. Cussianóvich (Ed). Historia del pensamiento social sobre la infancia. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem, 2019. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/pesquisa/fipe-beneficios-economicos-sociais-aprendizagem/>. Acesso em: 28/09/2021.

INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA (IPEC). Saúde mental na pandemia, 2021. Disponível em: [Pesquisas | Ipec \(ipec-inteligencia.com.br\)](https://www.ipec-inteligencia.com.br/). Acesso em: 30/09/2021.

KAIRÓS DESENVOLVIMENTO SOCIAL. In: CORREIO BRASILIENSE. Aprendizes sem chance, 2020. Disponível em: [Visão do Correio \(correiobraziliense.com.br\)](https://www.correiobraziliense.com.br/). Acesso em: 28/09/21.

LAY-LISBOA, Siu et al. Protagonismo infantil en la escuela: las relaciones pedagógicas en la construcción de ciudadanía. Sociedad e Infancias 2: 147-170, 2018.

NERI, Marcelo C. Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.

NOVELLA, Ana María. La participación infantil: concepto dimensional en pro de la autonomía ciudadana. TESI 13(2): 380-403, 2012.

ORAISÓN, Mercedes; PÉREZ, Ana María. Escuela y participación: el difícil camino de la construcción de la ciudadanía. Revista Iberoamericana de Educación 42: 15-30, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Saúde mental dos adolescentes, S/D. Disponível em: [Saúde mental dos adolescentes - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](https://paho.org). Acesso em: 30/09/2021.

PAVEZ SOTO, Iskra. Sociología de la infancia: Las niñas y los niños como actores sociales. Revista de Sociología, 1(27), p.81–102, 2012.

RIBEIRO, Fernanda B. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais, n. 43, p. 49-64, jul.-dez. 2015.

RIZZINI, Irene. O direito à participação de crianças e adolescentes em espaços públicos. 56º Congresso Internacional de Americanistas (ALAS). Universidade de Salamanca, Espanha, 2018.

ROCHA, Enid; COSTA, Joana; SILVA, Cláudia B.; POSTHUMA, Anne; CARUSO, Luiz Antonio. Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 03, p.545-562, set.-dez. 2020.

SARCOSTTI, Mahia; CARO, Pamela; GRAU, María O.; KINKEAD, Ana Patricia; VATTER, Nicolás. El derecho de participación en la niñez: alcances y desafíos para la investigación social. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 62, p.211-244, jun. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global report on ageism. Geneva: World Health Organization, 2021.

# ANEXO

## MANIFESTO DA JUVENTUDE DE VOLTA REDONDA POR TRABALHO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nós, membros do Fórum da Juventude Sul Fluminense em Ação – FJSFA, participamos do projeto “Jovens em Ação na Criação de Cidades Inclusivas”, em parceria com o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), a Universidade de Edimburgo (Escócia) e o Youth for Unity and Voluntary Action (YUVA/Índia). O projeto tem como objetivo contribuir para tornar as cidades mais inclusivas e permeáveis à participação ativa e ao desenvolvimento juvenil.

Entrevistamos importantes atores-chave do município de Volta Redonda, incluindo representantes do poder público e de organizações não governamentais, assim como jovens moradores da cidade, sobre a inserção produtiva e a participação social da juventude. A partir dessas consultas, percebemos que os principais desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho são: a exigência de experiência e de elevados níveis de escolaridade, a falta de qualificação e a escassez de oportunidades compatíveis com o perfil daqueles que buscam o primeiro emprego.

Nesse sentido, entendemos que é fundamental que o poder público amplie e aprimore seus mecanismos de:

- Coordenação e fiscalização da implementação da política de primeiro emprego, garantindo o cumprimento das regras e capacitando as empresas para receber os jovens.
- Formação profissional e técnica da juventude compatíveis com as demandas atuais do mercado de trabalho, com foco nas áreas de tecnologia e informática.
- Inclusão digital, priorizando a oferta de equipamentos e programas de informática nas escolas, contribuindo para a formação escolar, profissional e pessoal dos jovens, especialmente nas periferias.
- Assistência estudantil (passagem + alimentação + bolsa), visando mitigar as desigualdades de oportunidades existentes entre diferentes classes sociais. Essa assistência deve englobar a participação dos

jovens em cursos de formação profissional e técnica e cursos que possam contribuir para o desenvolvimento de habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, como cursos de idiomas.

- Implantação do Programa Jovem Aprendiz no município, informando seus benefícios para as empresas e para os jovens. Além disso, é fundamental ampliar e diversificar a oferta de vagas, inclusive por pequenas empresas, e adequar a formação profissional oferecida de modo a torná-la compatível com as vagas disponíveis no mercado de trabalho.

- Diálogo e de apoio psicossocial, inclusive nas empresas, contribuindo para a conscientização acerca dos impactos negativos do preconceito na vida dos jovens.

- Combate ao trabalho infantil, inclusive através da ampliação de vagas de trabalho formal para adolescentes e jovens.

- Participação de jovens nas etapas de discussão e formulação de políticas, programas e ações, especialmente aqueles voltados para a juventude.

- Divulgação das iniciativas voltadas para à inserção produtiva e participação social da juventude, garantindo o acesso à informação, especialmente para os jovens das periferias da cidade.

Por fim, propomos a realização de mais conferências e a elaboração de um Plano Municipal da Juventude em Volta Redonda que priorizem a geração de trabalho e renda dignos para os jovens. Queremos contribuir, ser ouvidos e participar das ações e da formulação de políticas públicas, mas, para isso, precisamos ser informados e formados sobre diferentes temas e ter acesso garantido aos espaços públicos de debate, inclusive com direito à voz e voto.

Volta Redonda, 27 de outubro de 2021.

**Fórum da Juventude Sul Fluminense em Ação**





## Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)

Centro de pesquisa e ação, vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e voltado a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Um de seus objetivos é subsidiar políticas e práticas para essa população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos. Ao longo dos seus trinta e cinco anos de atuação, vem sistematicamente influenciando políticas, leis e ações destinadas a população infantil e juvenil do país.



[www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)



[/ciespi.centrodepesquisa](https://www.facebook.com/ciespi.centrodepesquisa)



[@ciespipucurio](https://www.instagram.com/ciespipucurio)

## Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação (FJSFA)

O FJSFA atua na cidade de Volta Redonda, município do sul do estado do Rio de Janeiro. É um espaço criado para que crianças e adolescentes se reúnam e discutam juntos políticas públicas. O grupo, que estimula o protagonismo infantojuvenil, vem participando ativamente das conferências de direitos, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda (CMDCA – VR), da criação e implementação do Plano Municipal para Infância e Adolescência, além do Conselho Municipal da Juventude.



[/FJSFA](https://www.facebook.com/FJSFA)



[@fjsfaoficial](https://www.instagram.com/fjsfaoficial)

Parceiros:



**SHAPING  
YOUTH FUTURES**



**National Institute of Urban Affairs**

